



Antes do discurso, vice elogia as manifestações

AGÊNCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL

O vice-presidente Aureliano Chaves disse ontem em Brasília que a manifestação de Goiânia em favor de Tancredo Neves "foi um grande comício, a opinião pública da cidade saiu às ruas para aplaudir o seu candidato". Ele fez o comentário no Congresso, antes do discurso do presidente Figueiredo condenando os comícios da oposição, e especificamente o de Goiânia. Depois do pronunciamento presidencial, contudo, Aureliano não quis fazer nenhuma observação.

Em nome da Frente Liberal, o deputado Saulo Queiroz (MS) respondeu às críticas de Figueiredo. Assegurou que os integrantes da Aliança Democrática continuarão "frequentando as praças públicas para, em contato com o povo, assumir os compromissos com as mudanças, indispensáveis à transição política". Os comícios, segundo o parlamentar dissidente, servem ainda para "suprir as deficiências do processo fechado da eleição no colégio eleitoral".

O líder governista Nelson Marchezan viu no pronunciamento de Figueiredo "um aviso aos navegantes". A seu ver, "ele abre mão de conduzir o processo de abertura democrática".

Entre as oposições, causaram alguma preocupação as restrições feitas pelo presidente, por pressão dos ministros militares, à presença das bandeiras vermelhas dos partidos clandestinos nos comícios. Esse foi um dos temas discutidos durante reunião-almoço de Tancredo Neves e do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com as bancadas do partido no Acre, Amazonas e Rondônia. Haverá recomendação informal de dirigentes peemedebistas aos líderes esquerdistas de cada Estado, no sentido de evitar as bandeiras do PCB e PC do B nas próximas concentrações, "para não dar quaisquer pretextos a setores menos tolerantes do governo e do PDS".

Os dirigentes confirmaram que, nos dias 12 e 13, serão realizados comícios pró-Tancredo em Belém e Manaus e, posteriormente, no Acre, Rondônia e Mato Grosso — daí a recomendação aos parlamentares dessas regiões para que mostrem aos representantes das esquerdas que não seria conveniente "colocar em risco a vitória de Tancredo por motivos secundários, como os das bandeiras vermelhas". O próprio Ulysses defendeu que as críticas nas manifestações populares devem ser pessoais, ao governo, preservando-se o clima de liberdade. "Não podemos aceitar que censurem nossos comícios" — observou.

No Rio, o ex-governador baiano Antônio Carlos Magalhães não quis comentar se as críticas de Figueiredo se devem à sua briga com o candidato pedessista. No comício de Goiânia, o primeiro de que participou na dissidência, Antônio Carlos perguntava à multidão: "O que Maluf é?" E o povo respondia "Ladrão, ladrão". O ex-governador disse que preferia não discutir isso, devido a seu desentendimento com o candidato. Na opinião dele, não houve nada demais na concentração de Goiânia, mas assinalou que o que poderia ter sido evitado eram as bandeiras vermelhas, embora seja necessário apurar a origem delas, "para que a condenação venha a ser justa".

Malor preocupação demonstrou o governador Franco Montoro, em São Paulo. Seus assessores classificaram o discurso como "um duro recado às oposições, dando a entender que o governo poderá recorrer a medidas de emergência, para impedir que o povo se manifeste de forma ordeira e pacífica em comícios".

Os parlamentares destacaram dois aspectos do discurso presidencial, protestando contra a censura aos comícios e apoiando a primeira parte, de garantia de posse ao vencedor do colégio eleitoral. O primeiro

secretário da Câmara, deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), considerou "injustas" as críticas de Figueiredo à manifestação de Goiânia, organizada pelo governador Íris Rezende. "O governador lotou a praça pública graças à sua liderança, e o povo goiano sabia que iria ver e ouvir Tancredo, Ulysses, Sarney, Marco Maciel e outros líderes da Aliança Democrática" — destacou. Para ele, o governo continua com medo da manifestação popular. Lyra considerou "positivo", entretanto, o trecho do pronunciamento que diz que fora da democracia não há salvação. "A participação do povo na democracia é fundamental" — defendeu.

"A Nação vai dormir tranqüila, porque ficou convencida de que o presidente garantirá o itinerário da normalização política até a eleição e posse do novo presidente" — acrescentou Saulo Queiroz, da Frente Liberal. O deputado José Moura (PDS-PE) também acha que "o mais importante foi a reafirmação do compromisso de levar adiante o projeto de abertura democrática, garantindo a posse do vencedor".

Já o deputado Fernando Bastos (SC) igualmente da Frente Liberal, declarou: "Estamos inteiramente de acordo com o presidente Figueiredo, em sua repulsa aos extremismos. Por isso somos contrários a Maluf, que representa a extrema direita do Brasil".

Em Porto Alegre, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou "uma piada" a ameaça às concentrações populares em favor de Tancredo. Segundo ele, parece que Figueiredo não ouviu seu chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, para quem a reunião "foi pacífica", ordeira, muito bacana e respeitada". O senador acredita que a atitude presidencial manifestou "o desespero de quem sabe que não tem nada que possa alterar, nesse momento, a vitória de Tancredo Neves, em eleições diretas ou indiretas".

O líder do PT na Câmara, deputado Airton Soares, discorda dos oposicionistas que viram a fala presidencial como tranqüilizadora. Na opinião dele, ao mesmo tempo em que reafirmou o compromisso de dar posse ao eleito, Figueiredo "faz ameaça clara contra as manifestações populares nas ruas e praças públicas". A conclusão do dirigente petista é de que "o governo não aceita o povo nas ruas nem pelas diretas, nem pelas indiretas".

O mesmo raciocínio foi manifestado em Belo Horizonte pelo deputado estadual Antônio Faria, do PMDB. "O presidente está propondo uma coisa impossível, democracia sem povo", disse ele. Concordando, o deputado federal Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) ressaltou que, ao contrário do que afirmou Figueiredo, não existem "pressões ilegais", porque os comícios "não são pressões ilegítimas, já que a opinião pública é pressão legítima".

Em seu comitê em Brasília, o candidato pedessista Paulo Maluf aplaudiu o discurso presidencial, dizendo que foi "um chamamento sereno à consciência de todos os brasileiros em favor da conciliação, do respeito às regras e práticas civilizadas do convívio democrático e pelo acatamento à lei, à ordem pública e à não utilização de máquinas de governos estaduais na campanha político-partidária".

O senador peemedebista Álvaro Dias (PR) comentou em Curitiba ter estranhado justamente essa referência presidencial ao apoio dos governos estaduais à campanha de Tancredo, como no caso de Goiás. "Antes mesmo da convenção do PDS — comparou ele — os candidatos governistas vinham utilizando recursos federais em sua campanha, sem nunca merecer nenhum tipo de condenação por parte do presidente da República." Para o senador, a presença de Maluf agora, nas viagens presidenciais para inauguração de obras, também é uma utilização indevida da máquina do governo.